



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- CONSEA -

- ATA -

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – CONSEA – Gestão 2017-2019**

Dia: 18 de maio de 2017

Brasília/DF

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- CONSEA -

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA**

Dia: 18/05/2017, de 9h às 17h30

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

1 A reunião foi iniciada às 09h20 pelo Secretário Nacional de Segurança Alimentar e
2 Nutricional, Caio Rocha, que deu as boas-vindas e agradeceu a presença dos conselheiros e
3 das conselheiras da sociedade civil e do governo presentes. O Secretário informou que todo o
4 rito preconizado pela legislação e pela 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e
5 Nutricional foi seguido para a recomposição do Consea, bem como o que foi deliberado na
6 última plenária. Justificou a ausência do Ministro Osmar Serra, que é Secretário Geral do
7 Consea, informando que como o governo considera as conselheiras e os conselheiros
8 empossados a partir da publicação do decreto de nomeação no Diário Oficial, ele se ausenta e
9 recomenda que nessa primeira plenária a sociedade civil fique à vontade para fazer suas
10 articulações para ter um Presidente ou Presidente que tenha transito e legitimidade do
11 Conselho, e que o governo vai acatar os processos. Registrou que o Consea, desde a sua
12 existência, teve um papel muito importante na construção de políticas públicas, na área de
13 Segurança Alimentar e Nutricional, independentemente de qualquer governo, pois trata-se de
14 uma política pública de estado para a sociedade brasileira. Em seguida o Secretário discorreu
15 sobre a pauta, que inclui a apresentação do monitoramento do segundo Plano Nacional de
16 Segurança Alimentar e Nutricional; a indicação da nova presidência do Consea; e a definição
17 de uma agenda prioritária para a nova gestão do Consea, com a apresentação dos cinco grupos
18 que se reuniram no dia anterior com esse propósito. Reforçou a importância nacional e
19 internacional que tem o Consea para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional, tanto de
20 forma vertical, na articulação federativa, como transversal, com a participação efetiva dos
21 Ministérios e o cumprimento dos compromissos pactuados no Plano Nacional de Segurança
22 Alimentar e Nutricional (Plansan). Em seguida, foi realizada uma rodada de apresentações
23 dos conselheiros e conselheiras presentes, bem como da(o)s integrantes da equipe da
24 secretaria executiva do Consea e das convidadas e convidados presentes. Após as
25 apresentações, compôs-se a mesa com Patrícia Gentil, diretora de Segurança Alimentar e
26 Nutricional do MDS e representante da Secretaria Executiva da Caisan Nacional, os
27 conselheiros Dourado Tapeba e Naidison Batista e a conselheira Cristiane Gasparini. **II Plano**
28 **Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Monitoramento. Apresentação de**
29 **Patrícia Gentil.** O II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nasceu a partir
30 das deliberações da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e é
31 composto por nove desafios, cento e vinte e uma metas e, envolve cerca de cem bilhões de
32 reais. Trata-se de um plano enxuto frente à demanda e ao tamanho das ações que nele estão
33 colocadas, mas ao mesmo tempo robusto. O processo de monitoramento do plano segue o
34 normativo e orientações que são pautadas pelo decreto nº 7272/2010, e se utiliza de dois tipos
35 de indicadores: de processo/produto e de contexto, aqueles mais amplos, que mostram o
36 avanço no campo da Segurança Alimentar Nutricional e, também, da garantia do direito

37 humano na população brasileira. Apresentou em seguida alguns indicadores de contexto
38 relacionados à segurança alimentar e nutricional, tais como a evolução da taxa de pobreza e
39 extrema pobreza; insegurança alimentar e nutricional; evolução da prevalência de déficit de
40 altura para a idade (%) em crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelas condicionalidades do
41 programa Bolsa Família; produção de alimentos para o consumo interno; comercialização de
42 agrotóxicos e afins por área plantada (kg/hectares); sobrepeso e obesidade em crianças,
43 adolescentes e adultos; percentual da população que recebe água tratada. Em relação à
44 evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza, nos últimos dois anos há um sinal de alerta,
45 pois os indicadores mostram que a velocidade de queda da pobreza diminuiu em 2014 e 2015.
46 A velocidade de queda é a mesma quando os dados são desagregados por raça e cor, mas a
47 pobreza na população preta e parda é quase três vezes maior que não população branca. Em
48 relação à insegurança alimentar e nutricional, os dados mostram muitos avanços nos últimos
49 anos, mas ainda persistem 3,2% dos domicílios brasileiros em situação de insegurança grave,
50 o que representa 7,2 milhões de pessoas na população brasileira. Há questões importantes que
51 precisam ser revistas do ponto de vista da política pública, relacionadas às desigualdades,
52 tendo em vista que insegurança alimentar grave apresenta-se em maior percentual na região
53 norte, na área rural com índices quase três vezes maiores que na área urbana, e na população
54 preta ou parda. Em relação à diferença entre mulheres e homens, os dados são muito
55 preocupantes, pois a insegurança alimentar é maior em domicílios chefiados por mulheres,
56 tanto no nível populacional – a média – quanto em todas as regiões do Brasil, é maior nos
57 domicílios chefiados por mulheres. Em relação à desnutrição infantil, os dados mostram que
58 já não é mais um problema estrutural no Brasil, e sim o sobrepeso e a obesidade. Entretanto,
59 nos grupos vulneráveis temos questões importantes que precisam ser observadas. Um estudo
60 específico para os beneficiários do Bolsa Família mostra que houve diminuição da
61 desnutrição, mas ainda com uma média maior do que a média da população, e além disso
62 mostra grupos que são, de fato, bem mais vulneráveis: as crianças indígenas, ribeirinhas, de
63 extrativistas, de pescadores, quilombolas e de agricultores familiares tem uma média de
64 desnutrição maior do que a média da população e, também, do que a média das famílias do
65 Bolsa Família. No que diz respeito à comercialização de agrotóxicos, os dados mostram um
66 caminho linear de comercialização, e é preciso mudar essa curva. Os indicadores de sobrepeso
67 e obesidade são bem impactantes, com 20% de sobrepeso e obesidade nos adolescentes, e nos
68 adultos, os últimos dados mostram que há um aumento de 1% de sobrepeso e obesidade a
69 cada ano. Este dado é monitorado pelo Ministério da Saúde, e é efeito de um conjunto de
70 determinantes, relacionados com o processo de escolha, com as formas de produção, com o
71 sistema alimentar vigente, por isso trata-se de um indicador de desfecho, mas, por traz dele,
72 tem um conjunto de questões que precisam ser discutidas e debatidas, relacionadas à
73 produção, acesso, comercialização de alimentos no país. Ao longo dos anos tem aumentado o
74 orçamento do Plansan, que hoje está em torno de cem bilhões, com aumento de 6% em
75 relação ao ano passado. Este monitoramento é uma ação da Secretaria Executiva da Caisan
76 em colaboração com o Ministério do Planejamento, e é único na esplanada em relação a um
77 plano transversal. Grande parte do orçamento do plano está relacionado às agendas estruturais
78 de Segurança Alimentar e Nutricional, como os programas de transferência de renda - bolsa
79 família e o benefício de prestação continuada - que trazem um quase oitenta por cento do
80 valor total do Plansan. Os dados apresentados são de 2015 e 2016. O Desafio 1, que trata do
81 acesso aos alimentos e carrega grande parte do orçamento do Plansan, houve avanço
82 orçamentário no BPC, Bolsa Família e também no Programa Nacional de Alimentação
83 Escolar. Para o Desafio 2, relacionado à insegurança alimentar e nutricional e inclusão
84 produtiva, houve queda orçamentária nos principais programas, como no bolsa verde e na

85 inclusão produtiva rural, e manutenção do orçamento do Programa de Proteção de
86 Recuperação da Saúde Indígena.

87 Uma das metas fundamentais é atender trezentos e cinquenta mil famílias em situação de
88 pobreza, numa estratégia de inclusão produtiva rural, sendo cem mil famílias de povos e
89 comunidades tradicionais. Em 2016 foram atendidas em torno de trinta e seis mil famílias em
90 diferentes formatos de agenda, através do programa de fomento, das tecnologias de acesso à
91 água, e um conjunto de políticas integradas, voltado principalmente para povos e
92 comunidades tradicionais. Outra meta bastante desafiadora é a relacionada à demarcação de
93 25 terras indígenas, que é uma meta específica da Funai. Também há a meta relacionada à
94 titulação de comunidades quilombolas e outra para atender quarenta mil famílias indígenas
95 por projetos de etnodesenvolvimento. Estas metas ainda não foram atualizadas e algumas
96 delas, de fato, estão bem aquém do que se propôs. Para o Desafio 3, relacionado à produção
97 de alimentos saudáveis e sustentáveis, que dialoga com o Planapo (Plano Nacional de
98 Agroecologia e Produção Orgânica), houve um aumento global do ponto de vista
99 orçamentário, sobretudo com a agenda do Pronaf. Por outro lado, houve redução orçamentária
100 importante nas ações de assistência técnica e de reforma agrária, que são duas agendas, para
101 nós, fundamentais. De fato, houve redução orçamentária que impacta nas metas que foram
102 inicialmente, pactuadas. Para a Ater, por exemplo, a meta para 4 anos é de atender 1 milhão de
103 famílias, mas até o momento, 277 mil famílias de agricultores foram atendidas, sendo 49%
104 mulheres e 29% jovens. Outra meta prevê assentar 120 mil famílias, e até o momento, foram
105 assentadas 1695 famílias, além de termos a suspensão, de forma cautelar pelo TCU, do
106 processo de cadastro de seleção de novos beneficiários para o Programa Nacional de Reforma
107 Agrária. O Desafio 4, relacionado ao abastecimento e o acesso regular de alimentação
108 saudável, sofreu uma queda importante do ponto de vista orçamentário, entre 2015 e 2016,
109 nas compras públicas e PAA e nos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Para
110 2017 houve uma retomada do orçamento, nas ações de formação de estoques públicos. Do
111 ponto de vista das compras públicas, a meta é de R\$ 2,5 bilhões ao longo dos quatro anos,
112 incluindo, tanto a compra institucional, como o próprio Programa de Aquisição de Alimentos
113 (PAA) nas modalidades de doação simultânea e as outras modalidades. Em 2016 foram
114 alcançados em torno de R\$588 milhões que foram, especificamente, para aquisição de
115 alimentos da agricultura familiar. Houve um bem significativo, ao longo dos últimos anos, da
116 compra da agricultura familiar, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em
117 quase 23% do alcance, sendo a meta de 30%. Além disso, vem crescendo e se fortalecendo a
118 discussão da Rede Brasileira de Banco de Alimentos, criada em 2016, com um conjunto de
119 bancos de alimentos públicos e privados, que tem um papel importante, sobretudo, na
120 discussão da logística da agricultura familiar e na doação de alimentos. O Desafio 5,
121 relacionado à promoção e proteção da alimentação adequada e saudável da população
122 brasileira, com estratégia de educação alimentar e nutricional, e medidas regulatórias, do
123 ponto de vista orçamentário, houve uma ligeira redução. No que tange o Desafio 6 – controle
124 e prevenção dos agravos decorrentes da má alimentação – que está basicamente no Ministério
125 da Saúde, observa-se aumento orçamentário ao longo dos anos. Neste desafio está a meta de
126 deter o crescimento de sobrepeso e obesidade, que de acordo com os dados do Vigitel, há uma
127 estabilização dos índices. Em relação ao beribéri (deficiência de vitamina D), temos um sinal
128 de alerta, pois houve um aumento de 10 casos confirmados. Para o Desafio 7 – ampliação do
129 acesso à água e disponibilidade hídrica – houve queda orçamentária entre os anos de 2015 e
130 2016, que conseguimos reverter parcialmente em 2017, principalmente nas ações relacionadas
131 à água para produção de alimentos. Neste desafio temos uma meta no MDS bem ousada ao
132 longo dos próximos quatro anos, de 120 mil tecnologias sociais implantadas. Até o momento

133 17.640 tecnologias estão implantadas. Houve um recuo na execução de sistemas de acesso a
134 água para produção, da agenda do Ministério da Integração, em função de restrição
135 orçamentária. Para o Desafio 8, relacionado à governança de San, fortalecimento de Caisan,
136 de Consea, dos planos e de adesão municipal, dos municípios ao sistema, houve um ligeiro
137 aumento orçamentário. Ao todo são 221 municípios que aderiram ao Sisan, e a meta são 600
138 municípios até 2019. Neste desafio observou-se um avanço na Secretaria de Direitos
139 Humanos do Ministério dos Direitos Humanos, no processo de organização do acolhimento
140 de denúncias e violações de direitos humanos, com um conjunto de ferramentas e estratégias
141 organizadas, e a interlocução com a política de assistência social (CRAS, CREAS), no nível
142 local, para dar concretude e respostas para essas violações detectadas. No Desafio 9,
143 relacionado à política internacional, houve uma queda expressiva no orçamento, sobretudo
144 nas ações de cooperação humanitária internacional. Devido ao pouco tempo para
145 apresentação, este é um resumo do conjunto de agendas que estão colocadas no Plansan.
146 Como próximos passos, a Caisan irá publicar boletins periódicos, provavelmente mensais, por
147 desafio do plano; e irá realizar o monitoramento transversal, fazendo o recorte para os povos e
148 comunidades tradicionais e para as mulheres. Além disso, há o desafio relacionado à
149 juventude do Brasil, porque temos desigualdades importantes que precisamos acompanhar. As
150 grandes agendas prioritárias da Caisan Nacional atualmente são: a) prevenção e controle da
151 obesidade, que envolve temas como agendas regulatórias, taxaço de bebidas açucaradas,
152 regulamentação das cantinas escolares públicas e privadas, rotulagem dos alimentos, agenda
153 legislativa; b) comitê técnico de povos e comunidades tradicionais - recebemos a comitiva
154 que o Consea fez ao território dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e estamos dando
155 tratamento ao conjunto de demandas que foram levantadas; foram realizadas duas reuniões da
156 Caisan Nacional e, na próxima semana haverá uma comitiva nacional para o estado do Mato
157 Grosso do Sul, numa parceria com o Estado para, também, construir um conjunto de respostas
158 do estado para as demandas dos Guarani-Kaiowás; c) perdas e desperdícios de alimentos - O
159 país não tem estratégia nacional que trate dessa agenda de forma sistêmica, e hoje única
160 agenda que, de alguma maneira, dialoga com isso é a de banco de alimentos. Estamos
161 construindo uma estratégia em um comitê técnico da Caisan com o apoio da FAO, que lidera
162 essa discussão em nível internacional. **O Conselheiro Dourado Tapeba** cumprimentou a
163 mesa e a plenária e ressaltou que o Consea é um espaço muito importante conquistado através
164 de muita luta, muito esforço e muita autonomia, e é um legado deixado para a população
165 brasileira, principalmente para as populações que sofrem com a injustiça social. O país está
166 passando por uma crise de injustiça social e a Caisan e o Consea estão de parabéns pela
167 elaboração do Plano. Entretanto, acredita que é muito difícil esse plano sair do papel devido à
168 crise institucional que enfrentamos nos três poderes. É preciso que o governo tenha vontade
169 política para cumprir com essas metas, e que observe e respeite a constituição federal e os
170 tratados internacionais. Nos artigos 231 e 232 da constituição federal está escrito que tem que
171 demarcar as terras indígenas, e na Convenção 69 da OIT, em seu artigo 6º, diz que tem que
172 ouvir os índios e suas questões que são peculiares. Infelizmente, isso não está acontecendo. A
173 Funai virou um órgão político, um órgão de partidos. A Sesai está indo na mesma linha, assim
174 como o Incra. Precisamos lutar pelo fortalecimento desse órgão, que é para defender nossos
175 direitos, que é para demarcar nossas terras, fiscalizar, fazer projetos de auto sustentabilidade
176 para as comunidades indígenas. Ao invés disso, foi criada a CPI da Funai, com o objetivo de
177 destruí-la, para criminalizar as lideranças indígenas, o ministro da justiça, procuradores.
178 Gostaria de saber se a Caisan tem condição de cumprir, pelo menos, metade do que está
179 colocado nas metas do Plansan. Porque, caso contrário pode ficar na expectativa de que ou
180 vamos fazer a nossa autodemarcação, por nossas forças, nossas vontades, ocupar nossos
181 territórios, para conseguir melhorar as nossas vidas, ou vamos ter que vir aqui para Brasília,

182 formar uma aldeia grande aqui, e denunciar à ONU, a OEA, o descaso que o governo
183 brasileiro vem tendo com nós, povos indígenas dessa país. Como primeiros habitantes dessa
184 terra, não era para sermos tão discriminados, criminalizados pelo poder público. Quando eu
185 fui a Mato Grosso do Sul, ver a situação dos meus parentes Guarani-Kaiowá, onde juízes dão
186 liminares para tirar os índios de determinada área, que lá só tem plantado soja, milho ou trigo,
187 para pôr os índios na beira da estrada, na beira da pista, do asfalto. Fico perguntando a mim
188 mesmo quantos índios, quantos parentes meus, quantas crianças já morreram dessa forma? É
189 preciso que os três poderes se unifiquem, realmente, para cumprir esses planos de verdade. O
190 poder Judiciário é bom para uns, mas é ruim para outros, e eu vivo isso no dia a dia. Quero
191 parabenizar o plano, aquilo que diz respeito às comunidades tradicionais, povos indígenas,
192 quilombolas, está muito bem elaborado. Se nós atingirmos 50% das metas poderíamos ter
193 uma coisa inédita no país. Nós somos um país que tem a melhor constituição do mundo, mas
194 só está no papel. Precisa sair do papel, precisa ser cumprida. E esclareço que nenhuma ONG
195 colocou na minha boca o que eu vim falar aqui não, porque, o que se diz é que os índios são
196 tutelados pelas ONGs. E quero fazer um apelo ao Secretário, que tem influência no governo,
197 de pedir para devolver a Funai para os indigenistas, para os servidores de carreira, para
198 aqueles que trabalham realmente vestindo a camisa dos povos indígenas, para que os seus
199 direitos sejam realmente constituídos, legalizados. E, também, devolver o Incra para os
200 servidores de carreira do Incra, para que a reforma agrária realmente volte a acontecer. Esse
201 pedido é coletivo da APIB – Associação dos Povos Indígenas do Brasil – da qual faço parte
202 junto com meu companheiro Paulo Tupiniquim. E é um pedido que eu faço sem nenhum
203 medo de estar dizendo besteira, porque os povos indígenas, os quilombolas, comunidades
204 tradicionais, ribeirinhos, são os que mais estão sofrendo com essa política de loteamento de
205 cargos nas instituições governamentais hoje nesse país. O governo está jogando índio contra
206 índio, e é preciso que o governo possa, realmente, cumprir a constituição federal de uma vez
207 por todas e, cumprir também, com os tratados internacionais. Um caso específico no estado
208 do Ceará, é a nomeação da doutora Maria Vieira para a Funai, através de indicação política de
209 uma deputada federal que está do lado de posseiros no Estado. Nós não aceitamos essa
210 nomeação. Então, para finalizar, quero dizer: vamos parar com os loteamentos de cargos na
211 Funai, na Sesai e na Educação. Eu queria pedir o apoio da plenária, para que essa fala que eu
212 estou fazendo, seja registrada, encaminhada. E, que, se Deus quiser, vamos conseguir vencer
213 todas essas mazelas, todas essas discriminações, e vamos avançar. Porque, nós somos filhos
214 de Deus, e somos filhos da Terra, da terra nós saímos, da terra voltaremos. Obrigado. **O**
215 **conselheiro Naidison Batista** cumprimentou o(a)s integrantes da mesa e da plenária e
216 destacou alguns pontos importantes do monitoramento do Plansan que o Consea deve se focar
217 na próxima gestão: a) agrotóxicos, pois não houve nenhuma evolução no controle da
218 diminuição do agrotóxico. Quando o nosso Plansan é um plano de alimentação adequada e
219 saudável, continuamos produzindo alimentação na perspectiva do agrotóxico, que é a
220 alimentação desadequada e não saudável; b) erradicação da pobreza, pois estamos freando a
221 diminuição da erradicação da pobreza, o que é um elemento muito preocupante pois vamos ter
222 problemas com a segurança alimentar, aumentando o número das pessoas em insegurança
223 alimentar, criando uma perspectiva que não é aquela que a conferência definiu, e não é aquela
224 que nós estamos aqui, querendo construir; c) redimensionamento de metas, de números, de
225 quantificações de atendimentos, por conta da diminuição de recursos. Isso implica,
226 naturalmente, em que as metas colocadas no Plansan não serão atingidas, e continuamos na
227 perspectiva de cortes e de diminuição de recursos, que significam diminuição de direitos, que
228 principalmente, os mais pobres deixarão de ser atendidos. Outros pontos importantes que
229 precisamos refletir são: 1. Água - No plano, a água não é apenas o acesso a tecnologias ou, à
230 implementos que garantem o acesso à água. Não é o acesso a cisternas, não são os acessos a

231 pequenos sistemas de produção. Mas, a água está tratada no plano, numa dimensão bem mais
232 ampla, na perspectiva da produção da água, embora isso se debata mais no âmbito do São
233 Francisco. Como nós vamos trabalhar a dimensão da revitalização dos rios? Como vamos
234 abastecer as populações, as cidades, nessas crises hídricas que estamos atravessando, e os
235 nossos rios estão esvaziados? E nós não temos cuidado com as matas ciliares, e os locais e os
236 ambientes da produção de água, estão sendo depredados sistematicamente. Por exemplo: o
237 Rio São Francisco, cantamos e decantamos a transposição, ou a famosa integração de bacias.
238 Mas, não nos preocupamos de onde vem a água do São Francisco. E essa água está acabando,
239 porque o Cerrado está sendo desmatado, acabando com a produção de água, na perspectiva,
240 do São Francisco. Então, me parece que integrar essas dimensões, é importante. Ao lado,
241 naturalmente, de recuperar o orçamento para aquelas ações de água que são mais específicas
242 do semiárido, e das populações que estão sobre o semiárido. Estamos com cortes na Sesan tão
243 excessivos, que só podemos trabalhar cisternas nas escolas. Não podemos trabalhar a
244 dimensão das cisternas para abastecer as famílias e, nem a dimensão da produção. Estamos
245 trabalhando isso com outras parcerias que, também, são ligadas ao governo. Mas, o
246 orçamento governamental não tem possibilidade de contemplar essas dimensões. Então, a
247 perspectiva de olharmos o conjunto, mas olhar a produção, olhar a revitalização dos rios,
248 olhar como nós trabalhamos, tratamos e lidamos com a natureza, para que possamos viver
249 bem; 2. Assistência técnica: se temos em mente a dimensão de oferecer à população
250 alimentação adequada e saudável, não podemos, em hipótese nenhuma, diminuir o orçamento
251 destinado à assistência técnica da agricultura familiar. Então, é preocupante que, de um
252 milhão de famílias, estejamos numa quantidade mínima atingida e, que esse tenha sido um
253 dos elementos a receber cortes significativos na dimensão orçamentaria do governo. Temos
254 que batalhar por reverter isso. A assistência técnica e, principalmente, a assistência técnica
255 agroecológica, é um processo vital para cumprirmos a nossa dimensão Plansan; 3. Terra: Sem
256 a terra não se produz, sem a terra não se consegue nem um lugar para colocar a tecnologia
257 para a captação de água. É curioso, mas tem famílias no semiárido, que não recebem a
258 tecnologia de captação de água, porque não tem uma área de terra com espaço suficiente para
259 criar alguns animais e colocar a tecnologia. O Plansan se refere a 120 mil famílias assentadas,
260 e estamos com 1600, se não me engano. Estes dados mostram que nós não estamos
261 caminhando na perspectiva de que a agricultura familiar, o agricultor, a agricultora familiar
262 disponha de uma terra, um espaço de terra, onde ele possa produzir e viver bem; 4. Sisan:
263 Sem implementarmos efetivamente o sistema, teremos dificuldades de que esse Plano saia
264 daqui e chegue lá nos municípios, teremos dificuldades de que os planos estaduais e
265 municipais sejam elaborados e implementados. Porque, não basta estarmos aqui, discutirmos
266 e fazermos plano, e brigarmos pelo dinheiro, buscarmos os recursos e recuperarmos os
267 recursos. Isso é bom, mas essas ações têm que chegar lá nas bases, senão isso tudo não tem
268 sentido, porque é lá que estão as pessoas. O plano é para aquelas pessoas que estão lá na
269 ponta, nos municípios, que nós andamos, representamos e vivemos. É lá que elas vivem, e é lá
270 que elas terão segurança alimentar e nutricional. Me preocupa, às vezes, uma dimensão que eu
271 vejo do sistema como moeda de troca. Eu acho que o sistema não é moeda de troca. O sistema
272 não é assim, para eu dizer ao prefeito: cria o Consea e o sistema no seu município que você
273 vai receber recursos federais. Se é essa linha, é melhor deixar para lá, porque essa não serve,
274 não é moeda de troca. É um processo de convencimento, de conquista, de busca de parceiros
275 que querem trabalhar a dimensão da segurança alimentar e nutricional. Naturalmente, temos
276 muitos outros desafios que poderiam ser comentados e debatidos, mas o espaço de tempo não
277 permite. **A conselheira Cristiane Gasparini** saudou a mesa e a(o)s nova(o)s conselheira(o)s,
278 e afirmou que não é possível perder a perspectiva que o Plansan é desdobramento do fato de
279 termos inserido, na constituição, a alimentação como um direito humano, é consequência

280 dessa afirmação. Nessa perspectiva temos trabalhado em alguns eixos: 1. Difusão do Direito
281 Humano à Alimentação Adequada (DHAA), porque é um direito para se afirmar, precisa ser
282 conhecido pelo sujeito do direito, e está difundido apenas entre nós, que somos uma parcela
283 muito pequena da população. Principalmente agora, nesse novo cenário, é muito importante
284 afirmarmos essa dimensão pública da alimentação, pois estão em jogo muitas questões ligadas
285 à privatização, à parceria público-privada; 2. Exigibilidade do direito, porque, se existe um
286 direito, ele tem que ter mecanismos para exigir, cobrar esse direito. Temos que trabalhar e
287 avançar nesse sentido, porque acho que caminhamos pouco nesse eixo; 3. Programas e o
288 Plansan: como conseguimos, cada vez mais, que esses programas incorporem essa visão do
289 direito humano à alimentação? Nesse sentido, eu vejo dois problemas. O primeiro é que está
290 havendo, em vários lados, uma tentativa de retrocesso em relação ao que já tinha sido
291 afirmado, e precisamos ficar muito atentos, vigilantes sobre a possibilidade de flexibilização na
292 lei dos 30% no PNAE, por exemplo. Estou exercendo a presidência do Conselho de
293 Segurança Alimentar do município de São Paulo, e vemos que onde os programas chegavam
294 mais na pobreza, está havendo problemas. Em relação ao plano, é não só “o que”, mas o
295 “como”, as estratégias de implementação. Quando as políticas e programas chegam na ponta,
296 elas apresentam novas questões. Em São Paulo, as famílias que recebem do banco de
297 alimentos, agora precisam ter registro no “Comas” e não há orientações de como conseguir
298 este registro. A questão principal não é ter o registro, porque acho que isso é correto, mas a
299 assistência social não está orientando essas entidades e organizações de como conseguir esse
300 certificado, como conseguir participar do programa. Foi necessário fazer uma audiência
301 pública e uma plenária do Consea municipal, só com essas entidades que não estavam
302 entendendo o que estava acontecendo. Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos
303 (PAA), além de terem caído os recursos, o mais importante que temos em São Paulo é o PAA
304 de doação simultânea, que não está ocorrendo mais. No mesmo sentido temos também a
305 questão da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. Na verdade, quando
306 aprovamos essa lei dos 30% sabíamos que a lei era, talvez, mais adiantada do que a
307 compreensão de muitos órgãos que participam da compra, não direta mas, indiretamente.
308 Então, estamos tendo problemas com o tribunal de contas do município, e temos feito
309 reuniões com eles. Tudo porque dessas boas ideias, na hora que elas foram na prática,
310 emergiram outros problemas, e por isso gostaria muito que, no Plansan também
311 conseguíssemos identificar esses gargalos. Outro exemplo é o gargalo com a Anvisa, com
312 relação ao produto artesanal. O comitê gestor do PAA precisa voltar a se reunir. 4. Agenda
313 internacional - é uma agenda que foi muito cara para o Consea, e tem muitos países que estão
314 se inspirando na experiência brasileira, e acho que não podemos perder essa oportunidade.
315 Recentemente tive a oportunidade de apresentar a experiência de São Paulo na conferência de
316 Roma, da FAO, e ouvi muita reclamação de que precisamos elaborar mais materiais didáticos.
317 O que acontece é que vamos falando conosco mesmo, construindo o processo, e quem pega o
318 bonde andando não consegue entender, às vezes, como se faz um Consea. Precisamos ter
319 material traduzido para o inglês, espanhol, pois não temos muitas experiências assim no
320 mundo, e é muito importante que continuemos sustentando essa pauta da agenda
321 internacional. 5. A Conferência + 2 é um momento importante para pararmos e fazermos um
322 balanço. Nunca foi tão importante essa próxima Conferência +2, porque nós construímos esse
323 Plansan num outro cenário, e as coisas mudaram bastante de lá para cá. E além de avaliar,
324 precisamos fazer uma correção de rota. Eu já conversei com o Secretário sobre isso, e a minha
325 preocupação é que possamos construir um processo que seja bastante participativo, desde os
326 municípios, afinal, estamos aqui construindo uma política de estado e, não de governo. Espero
327 que tenhamos recursos garantidos para iniciar o processo da Conferência +2. 6.
328 Abastecimento. A discussão é insuficiente. Fizemos uma proposta de política de

329 abastecimento, por volta de 2005, e nunca mais voltamos a esse assunto. Para finalizar, acho
330 muito importante que recuperemos a colocação da agricultura familiar no censo agropecuário.
331 Senão, como vamos monitorar o Plansan se não temos esse dado tão importante? O
332 **Secretário Caio Rocha** agradeceu à mesa e reafirmou o interesse em que seja formado um
333 comitê para a organização da 5ª CNSAN + 2, que é um momento fundamental para o
334 fortalecimento das políticas. Em resposta aos questionamentos do conselheiro Dourado,
335 respondeu que é responsabilidade da Caisan de nos articular todos os Ministérios, para que
336 possamos ter a preservação de pelo menos aquilo que está programado. Não é uma agenda
337 fácil.

338 **Debate:** O conselheiro Kleber Sousa, representante da Ação da Cidadania, destacou a
339 retomada do crescimento da pobreza e o baixo número de famílias assentadas, com a
340 preocupação de que o ritmo está muito lento até mesmo para alcançar 50% das metas. Para o
341 conselheiro Cazusa, representante da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), em
342 relação à agenda internacional é preciso ter claro de que todos os avanços dos setores
343 conservadores que estão ocorrendo aqui no Brasil estão acontecendo no mundo inteiro, e o
344 Consea não pode estar fora dessa discussão, porque o que nós estamos enfrentando aqui, os
345 outros países também estão enfrentando. Além disso, há um bombardeio simultâneo e
346 constante em várias frentes vindas do Congresso Nacional, e ao mesmo tempo que estamos
347 tentando garantir um pouco de avanço com o limite de recurso que temos, há uma
348 desconstrução em curso através da agenda da política ambiental no congresso, com os
349 projetos de lei de redução de unidades de conservação, redução das terras indígenas,
350 flexibilização e, até retirada de competência de licenciamento ambiental para exploração
351 mineral. Tudo isso gerando uma série de impactos inclusive na água. Basta só lembrar o que
352 aconteceu em Minas Gerais e Espírito Santo, com a Samarco, e agora vamos transferir isso
353 para a Amazônia e para o Cerrado. É importante fortalecer nossas reflexões levando em
354 consideração a agenda da política ambiental que está intrinsecamente ligada à agenda de
355 segurança alimentar. Ademais, diante da limitação de recurso, vamos ter que afunilar algumas
356 coisas, como aperfeiçoar os critérios de perfeição para o alimento que é produzido para o
357 PAA. Se estamos falando de alimentos saudáveis, talvez tenhamos que ter mais mecanismos
358 de incentivo ao alimento de produção de base agroecológica, que garanta os recursos da
359 biodiversidade. Além disso, trabalhamos, e devemos trabalhar muito com dados oficiais, por
360 mais que as nossas redes, instituições produzam dados, até para contrapor. Neste sentido, é
361 muito preocupante o que está acontecendo com o censo agropecuário, que com as limitações
362 de recurso, a agricultura familiar ficará invisível e precisamos reverter isso. A conselheira
363 Ana Paula Bortoleto, representante do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), destacou a
364 meta do Plansan de apenas deter o crescimento da obesidade. Trata-se de um problema tão
365 crescente e forte na sociedade, que não temos nem mesmo a meta de mudar o que está
366 acontecendo, e se não pensarmos em ações que vão, de fato, facilitar escolhas alimentares
367 mais saudáveis, a meta não será alcançada. Ao monitorar temos que focar mais nas estratégias
368 que vão, de fato, mudar o ambiente, como fortalecer e estruturar o PAA, o PNAE, as opções
369 que vão garantir alimentos saudáveis nas escolas. Os alimentos saudáveis têm que estar
370 disponíveis, tem que ser de mais fácil acesso, mais baratos, caso contrário a meta de
371 obesidade não será atingida. E por outro lado a agenda de regulação é um grande desafio, que
372 depende muito da interlocução com os outros poderes. Se não dialogarmos mais com o
373 Legislativo e o Judiciário, não vamos conseguir avançar. Sugere que a Caisan possa convidar
374 a Senacom/MJSP (Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança
375 Pública), como observadores, além da Funai. Se não tivermos uma ação conjunta, vai ser
376 difícil avançar em, por exemplo, regulação na publicidade de alimentos, que contribuem para

377 o aumento da obesidade. É importante também cobrar a participação da Anvisa, que tem um
378 papel central em relação a políticas de rotulagem de alimentos, à fiscalização de agrotóxicos,
379 pois sabemos que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Reforçou o que já
380 foi falado em relação ao IBGE, pois não só o censo agropecuário está em risco, mas há o risco
381 também em outras pesquisas nacionais que monitoram dados de saúde. Se não tivermos esses
382 dados oficiais, não vamos conseguir nem, ao menos, saber o que está acontecendo. O
383 conselheiro Marcio Milan, representante da Associação Brasileira dos Supermercados
384 (ABRAS), destacou alguns programas dos supermercados que dialogam com o que foi
385 apresentado no Plansan, tais como o monitoramento periódico dos resíduos de agrotóxicos em
386 frutas, legumes e verduras; monitoramento e metas de redução de desperdício de alimentos; e
387 monitoramento do consumo de frutas, verduras e legumes através do volume comercializado;
388 e um programa piloto em implantação em Santa Catarina de rastreabilidade e monitoramento
389 de resíduos de agrotóxicos, acompanhado de orientações aos produtores. A conselheira Inês
390 Rugani, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) ressaltou a
391 importância de preservar a democracia política, social e econômica, e de garantir espaços
392 democráticos de discussão. A transparência é um elemento fundamental para o controle
393 social, e a sociedade precisa discutir e digerir esses números, celebrar o que avançou e cobrar
394 o que não avançou. Manifestou grande preocupação em relação ao censo agropecuário, e
395 acredita que os a questão dos recursos restritos não pode ser um argumento, pois é uma
396 questão de prioridades. Quando estamos diante de uma crise, a discussão de prioridades é
397 fundamental. Não priorizar a produção de dados oficiais, é muito grave. Citou o exemplo do
398 Estudo Nacional de Despesas Familiares, realizado no período da ditadura, cujos resultados
399 somente foram conhecidos no processo democrático, em contraponto ao que está acontecendo
400 agora: não é uma produção de dados que não vamos conhecer, é a não produção do dado. Isso
401 não é só para o censo agropecuário, pois corremos o risco de outras pesquisas também serem
402 ameaçadas. Isso não é academicismo, são os dados que garantem a transparência para o
403 processo democrático. Para exercermos a nossa função, precisamos de informação confiável,
404 que expressam os valores que queremos, os eventos que nos interessam. Ou seja, queremos
405 conhecer a agricultura familiar, esses dados têm que estar disponíveis. A conselheira
406 Elisabetta Recine reforçou a importância da transparência e do trabalho realizado pela Caisan
407 e Sesan para trazer as informações do monitoramento do Plansan. Questionou se a Caisan
408 planeja em, além de fazer o acompanhamento dos indicadores, também fazer o
409 acompanhamento qualitativo do processo, com reuniões bi ou trilaterais, dependendo do
410 programa, para saber dos órgãos responsáveis o que está acontecendo com cada ação.
411 Agregou que nesse caso seria importante ter a presença de um ou mais conselheira(o)s da
412 sociedade civil do Consea, entendendo que isso pode fazer parte do processo de preparação da
413 5ª CNSAN + 2. O conselheiro Anderson Lopes Miranda, representante do Movimento
414 Nacional das Populações em Situação de Rua, demonstrou sua preocupação com os
415 indicadores de redução da pobreza e destacou que os 14 milhões de brasileiros e brasileiras
416 desempregada(o)s vão para a situação de rua, e é preciso ficar atentos. Muitos já estão
417 passando fome, como no caso do Rio de Janeiro, onde os trabalhadores e trabalhadoras não
418 estão recebendo salário e estão precisando das cestas de alimentos. Finalizou dizendo sobre a
419 satisfação do Movimento Nacional de População de Rua, que ainda é muito invisível, de estar
420 participando do Consea. Relatou que em São Paulo a prefeitura está fazendo parceria com a
421 Nestlé tanto para a educação quanto à assistência social, e que o movimento quer comida de
422 verdade, sem agrotóxicos, nos albergues e nos equipamentos sociais, que atendem pessoas
423 obesas e pessoas doentes. O presidente do Consea DF, André Luis de Souza Santos relatou
424 que no DF a alimentação escolar para o público celiaco, hipertenso e diabético não está sendo
425 garantido e destacou a importância da discussão das políticas voltadas para a garantia dos

426 recursos hídricos. O conselheiro Alcemir Barros, representante do Fórum Brasileiro de
427 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), chamou atenção para que o
428 Consea terá que discutir a biofortificação dos alimentos como solução para os problemas e
429 carências nutricionais do país, que se contrapõe ao que se tem defendido e pautado no
430 Conselho. A conselheira Sâmela Ferreira da Silva, representante da Rede Fale, expressou sua
431 preocupação com a invisibilidade do segmento juventude no II Plansan. Patrícia Gentil, da
432 Secretaria Executiva da Caisan Nacional, agradeceu todos os comentários, comentou a
433 importância deste diálogo entre sociedade civil e governo em bases transparentes, como tem
434 acontecido nos últimos anos. A preocupação com os dados negativos é conjunta, e o momento
435 é de crise. Todo o orçamento da agenda de SAN, desde 2015, vem sofrendo uma redução
436 importante, e é fundamental abrirmos um diálogo mais qualitativo da agenda, ao longo dos
437 próximos meses no Consea, ouvindo os 14 setores que tem metas no Plansan. Em relação ao
438 orçamento, há um esforço pessoal do Secretário em reaver um conjunto de recursos que
439 perdemos, ao longo de 2015 para cá, e nesse esforço alguns recursos retornaram. Certamente,
440 os outros setores também estão na busca e na disputa, porque os recursos são finitos, e a
441 disputa acontece em qualquer momento político. Trata-se de um exercício da democracia e da
442 transparência da nossa agenda. Em resposta à conselheira Sâmela, afirmou que há um grande
443 desafio na agenda da juventude, porque nós não temos, em todos os programas e metas,
444 específico para a juventude. Entretanto, nesse novo monitoramento do plano, ideia é fazer o
445 monitoramento da agenda da juventude, de mulheres, e de povos e comunidades tradicionais.
446 Em relação ao monitoramento qualitativo levantado pela conselheira Elisabetta, nós não
447 avançamos em nenhuma metodologia. Esse ano, de fato, inauguramos uma forma nova de
448 monitoramento do plano, diferente do primeiro plano, e avançamos na perspectiva de fazer
449 monitoramentos mais detalhados por agendas específicas, nos debruçando sobre a agenda da
450 agricultura familiar, e olhamos para ela de uma forma mais ampla, envolvendo toda a questão
451 do plano de agroecologia, do plano Safra, pensando de forma mais ampliada. Do ponto de
452 vista qualitativo, eu acho que é um exercício que nós podemos fazer um esforço conjunto de
453 construir uma metodologia, e avançar numa proposta, no comitê técnico da Caisan em
454 conjunto com o Consea.

455 Em seguida o Secretário Caio Rocha passou para o terceiro ponto de pauta: **Indicação da(o)**
456 **conselheira(o) para a Presidência do Consea**, lembrando que o Conselho cumpriu
457 rigorosamente a Lei 11.346/2006, que diz, no seu artigo terceiro, parágrafo 3: o CONSEA será
458 presidido por um dos seus integrantes, representando a sociedade civil, indicado pelo plenário
459 colegiado, na forma do regulamento, designado pela Presidência da República. A conselheira
460 Cristiane Gasparini informou que foi realizada uma reunião com toda(o)s a(o)s
461 conselheira(o)s da sociedade civil e chegaram a um consenso para indicação à presidência do
462 Consea. Em seguida chamou a conselheira Daniela Frozi e o conselheiro Naidison Batista
463 para fazer a apresentação do nome. A conselheira Daniela expressou a importância deste
464 momento para a sociedade civil do Consea, no contexto histórico e político que vivenciamos,
465 e descreveu o processo de escolha e chegada no consenso. O conselheiro Naidison ressaltou
466 que é um nome de unanimidade de toda(o)s da sociedade civil que, estiveram reunidos no dia
467 anterior, e não há um segundo nome. E com isso, apresentou o nome de **Elisabetta Recine**
468 **como indicada da sociedade civil como presidenta do Consea**, descrevendo um pouco de
469 sua trajetória. Solicitou que o Conselho como um todo referende e, que o Secretário pudesse
470 fazer os encaminhamentos devidos, para que ela seja nomeada presidenta do Consea pelo
471 Presidente da República. Com isso, a indicação foi aclamada por toda a plenária. O Secretário
472 Caio Rocha pediu então que a conselheira Elisabetta fizesse uso da palavra. A conselheira

473 agradeceu as palavras de Daniela e Naidison, e pediu licença para ler a carta escrita por ela
474 para a reunião da sociedade civil do dia anterior:
475 *“Aos Conselheiras e Conselheiros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e*
476 *Nutricional. Quem eu sou? Sou uma professora da universidade de Brasília, pesquisadora e,*
477 *talvez, acima de tudo, uma militante pela alimentação adequada e saudável. Eu tenho um*
478 *diploma de nutricionista. Fiz essa escolha há muitos anos, lendo uma matéria de jornal,*
479 *sobre as recorrentes e, infelizmente, ainda atuais crises de fome mundiais. Ela foi uma*
480 *escolha movida pelo coração, e foi alimentada pelo desejo de viver e contribuir para um*
481 *mundo justo. Um valor tão precioso, em uma família de trabalhadores imigrantes italianos.*
482 *Eu cresci em uma vila, próxima ao ABC paulista. Meu pai era metalúrgico, e não demorou*
483 *nada para que eu começasse a fazer panfletagem das primeiras greves, durante a*
484 *redemocratização do nosso país. Integrar o movimento popular de saúde, os núcleos de*
485 *bairro, as comunidades de base, e recepcionar os anistiados voltando para o Brasil, estar na*
486 *praça da Sé, no Anhangabaú, exigindo diretas já. Pulando alguns anos, eu vim para Brasília,*
487 *trabalhar no núcleo de estudos da fome, e presenciei discussões históricas sobre o sonho de*
488 *um sistema único de saúde, e participei da primeira conferência de SAN. Eu vivi tudo isso*
489 *como um aprendiz consciente da oportunidade que estava vivendo. Depois de anos de boia*
490 *fria candanga, eu entrei num concurso da UNB – meses sem receber, etc., eu fui aprovada*
491 *num concurso na universidade. Eu me integrei à equipe do que chamamos de Nutrição*
492 *Social. Meu olhar, minha atenção, minha dedicação sempre se dirigiu a como se transformar*
493 *necessidades, problemas e desafios, em políticas públicas. Mais do que curar a doença, o*
494 *melhor de mim sempre se dedicou, e dedica, a pensar em como proteger e promover a saúde.*
495 *Passei alguns anos no Ministério da Saúde, na coordenação da Política Nacional de*
496 *Alimentação e Nutrição. Foi viver os desafios de transformar a PNAN em realidade, que abriu*
497 *as portas da segurança alimentar e nutricional, e do direito humano à alimentação*
498 *adequada. Eu vivi, dentro do Ministério da Saúde, a completa euforia de ver anunciada como*
499 *prioridade nacional, o fim da fome. Da mesma maneira, enfrentei o desafio pessoal de abrir*
500 *mão desse momento, e ir viver por seis anos no Uruguai. Eu acompanhei, muito de perto, o*
501 *nosso país durante esses anos, e tive a experiência valiosíssima de conhecer outro povo e*
502 *outra cultura muito especiais. Eu voltei e o Consea estava em plena atividade. Era o final do*
503 *mandato de Francisco Menezes, e eu me integrei à equipe da Ação Brasileira pela Nutrição e*
504 *Diretos Humanos, a Abrandh. Trabalhamos arduamente, junto com tantas outras pessoas e*
505 *organizações, para que o direito humano fosse compreendido e aceito como uma bandeira de*
506 *fortalecimento da luta pela soberania e SAN. Comecei a acompanhar o Consea, primeiro,*
507 *informalmente e, depois, já no mandato de Renato Maluf, como conselheira suplente e,*
508 *depois, titular. Nesse período, eu coordenei a CP 4, de direito humano à alimentação*
509 *adequada. Trabalhamos intensamente na análise de algumas políticas públicas,*
510 *desenvolvemos instrumentos de exigibilidade, realizamos inúmeras reuniões com gestores de*
511 *diferentes programas, para que o direito humano se tornasse realidade na prática de*
512 *implementação desses programas. Acompanhamos a comissão de violações. Tivemos*
513 *inúmeras discussões com a equipe do Bolsa Família, para que o Cadastro Único ficasse*
514 *sensível a populações mais vulneráveis. Também tivemos inúmeras interlocuções com a*
515 *comissão de presidentes estaduais. Quando se inicia o mandato de Maria Emília, e se forma*
516 *a CP 7, eu vou para a comissão de nutrição, educação e consumo, e passo a me dedicar a*
517 *ela. E começamos a desenvolver uma discussão que me parece muito preciosa, necessária e*
518 *urgente, a construção de pontes claras, entre as duas grandes dimensões da segurança*
519 *alimentar e nutricional: a produção de alimentos e alimentação integram o mesmo processo,*
520 *se relacionam e se influenciam. É obvio. Mas, sabemos o quão desafiador é integrar essas*
521 *agendas. Nosso conceito de segurança alimentar e nutricional gera a responsabilidade de*

522 *estarmos o tempo todo integrando. Integrando quem produz, como produz, os processos de*
523 *comercialização, os modos de vida, as culturas, o patrimônio alimentar dos nossos povos, as*
524 *formas de coletar, plantar, colher alimentos pelos povos e comunidades tradicionais, pelas*
525 *populações indígenas, pelos agricultores. Quais são as sementes, de onde vem, qual é a água,*
526 *como, na cidade, nós compramos alimentos, como preparamos, como comemos. As inúmeras*
527 *expressões da alimentação. Para mim, uma das expressões mais poderosas que elaboramos*
528 *sobre isso, foi o manifesto pela comida de verdade, da quinta conferência. Para comer uma*
529 *comida de verdade, conhece a verdade sobre a comida. Por mais que tenhamos ainda muito a*
530 *conquistar e transformar, nessa nossa história temos conquistas de inestimável valor, pelo*
531 *que significam em si, mas, também, porque foram conquistas coletivas. A Lei Orgânica, o*
532 *Sisan, a política, os planos, a constituição. Conquistas importantes que precisam ser*
533 *defendidas. Primeiro, porque estamos nos primeiros passos dessa estrada. Mas, também,*
534 *porque os determinantes estruturais, que não garantem terra e território a quem tem direito,*
535 *que concentram um poder político e econômico, atuam todo o tempo para fragilizar e anular*
536 *essas conquistas. Quantos exemplos temos disso? Claro, cada dia maiores, infelizmente. Ao*
537 *aceitarmos o convite pela comissão de transição, dissemos sim ao papel desse Conselho*
538 *como espaço de reflexão crítica, proposição, resistência democrática e representativa.*
539 *Certamente, e felizmente, não somos os únicos. Mas, seguramente, fazemos parte dos*
540 *defensores da democracia, da justiça, dos direitos, da equidade na sociedade brasileira.*
541 *Temos agendas que estão além desse Conselho, são históricas e se renovam todos os dias.*
542 *Temos agendas novas, que precisam de atenção, compreensão e, também, compromisso.*
543 *Precisamos aprofundar o diálogo e definição de caminhos comuns entre nós e, com outros*
544 *Conselhos. Temos um sistema, o Sisan, que precisa ser fortalecido, tanto por suas políticas e*
545 *programas, mas, também, nos seus processos de participação e controle social. Os vínculos,*
546 *a definição de estratégias conjuntas entre o Conselho Nacional e os estaduais, fazem parte*
547 *desse fortalecimento. Precisamos defender orçamentos, defender direitos já conquistados,*
548 *continuar exigindo a reparação de violações. Nesses próximos dois anos, certamente seremos*
549 *confrontados com enormes desafios, em relação a como caminharemos e, que caminho*
550 *seguiremos. Essas respostas só serão dadas por nós. No processo de decisão que essa carta*
551 *anunciava, conversei com várias pessoas de dentro e fora do Conselho, Conselheiros novos e*
552 *antigos. Analisamos esse momento por vários lados, prós e contras, possibilidades e desafios.*
553 *Decisão nada fácil. Muitos falaram de coragem, e isso me fez pensar bastante. Dizer sim é*
554 *um ato de coragem da minha parte? Sinceramente, não vejo assim. Para mim, é uma decisão*
555 *baseada no papel que vejo e, pelo que vivi nesse Conselho, nos últimos anos. Por maiores*
556 *que tenham sido as dificuldades, frustrações e embates, o que conquistamos tem um*
557 *significado para além de qualquer um de nós. Fazemos parte de um grande tecido que, às*
558 *vezes, fica mais forte, às vezes, se vê ameaçado, mas que sempre existe. Um tecido que cobre,*
559 *não apenas nosso país, mas nosso planeta e, para além dele, nossa existência, aqueles que*
560 *vieram antes e aqueles que virão. Me vejo parte desse tecido, e me coloco ao lado de todas e*
561 *todos, para mantermos essa trama e fortalece-la. Obrigada”.*

562 Após a leitura o Secretário Caio parabenizou a conselheira Elisabetta Recine e toda(o)s a(o)s
563 conselheira(o)s pela indicação, e encerrou a sessão da manhã.

564 **(Pausa para o almoço)**

565 Após a pausa para o horário de almoço, os trabalhos da plenária foram retomados às 14h. O
566 Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Caio Rocha apresentou uma
567 proposta de calendário de reuniões plenárias para 2017: segunda plenária - vinte e cinco e um
568 de junho; terceira plenária - quinze e dezesseis de agosto; quarta plenária, dezessete a dezoito
569 de outubro, e a quinta plenária - cinco e seis de dezembro. Em seguida, a Secretária-Executiva

570 do Consea Marília Leão fez alguns esclarecimentos: as datas de plenárias estão previstas para
571 terças-feiras e quartas-feiras em função dos preços menores de passagens aéreas; as plenárias
572 e atividades prévias terão duração de dois dias, podendo ocorrer em mais dias
573 excepcionalmente; não há margem para alteração das datas de plenária em função do
574 calendário de atividades de 2017 e da necessidade de reserva de espaço físico; a data proposta
575 para o mês de outubro seria destinada para realização de um seminário sobre tema relevante a
576 ser definido. Em função das atividades do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas
577 na mesma semana da data proposta para outubro, a Secretária-Executiva Marília Leão
578 informou que essa data será revista e em breve comunicada aos conselheiros e às conselheiras.

579 **Agenda de prioridades para a gestão 2017-2019**

580 O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Caio Rocha convidou para
581 compor a mesa as conselheiras Inês Rugani e Elisabetta Recine, o conselheiro Irio Conti e a
582 representante do governo Patrícia Gentil. Em seguida, o Secretário convidou os relatores dos
583 grupos de trabalho para apresentarem seus relatos.

584 **Grupo 2:** A conselheira Sâmela fez o relato resumido do grupo dois. Informou que a relatora
585 do grupo foi Sâmela e a facilitadora foi Ekaterine. O grupo de trabalho procedeu a leitura do
586 manual orientador, com a leitura das prioridades da quinta conferência. Posteriormente, os
587 desafios do segundo plano de segurança alimentar e nutricional. Foi proposta uma
588 metodologia de tempestades de ideias a partir da orientação e, posteriormente, elencar as
589 prioridades. O grupo decidiu, então, proceder com essa metodologia, abordando os temas de
590 forma bem mais ampla do que estava disposto nas prioridades e nos desafios e tentando
591 priorizar as questões emergentes e mais importantes para a agenda da gestão atual do Consea.
592 De acordo com as prioridades do grupo dois, foi então priorizado o direito à terra e ao
593 território, de forma bem consensual no grupo. Dentro desse tema, o grupo elencou alguns
594 itens importantes para serem discutidos, como a questão dos povos indígenas e povos e
595 comunidades tradicionais; o projeto de desenvolvimento de MATOPIBA; o acesso a políticas
596 públicas, como a PNAE, PAA; a questão da fome; a interação com o Legislativo, o Judiciário,
597 e o Ministério Público, como forma estratégica de atuação; desmatamento e queimadas;
598 território pesqueiro, como mares e rios; e os biomas. Outro tema abordado como prioridade
599 pelo grupo foi a água, de forma bem ampla, sem subtemas. Outro tema foi a produção
600 agroalimentar, agroecológica, familiar e camponesa. Dentro desse tema, a erradicação da
601 fome e desigualdade de gênero. Outro tema foi cidades e abastecimento, com subtemas: fome;
602 desertos alimentares; acesso a políticas públicas, como PNAE e PAA; mercado de consumo
603 consciente, como as feiras orgânicas, pescado artesanal, alimentos tradicionais. Outra
604 prioridade foi a regulação de alimentos, consumo, e educação alimentar e nutricional. A outra
605 prioridade foi fortalecimento do Sisan que foi unânime no grupo. Foram tratados dois temas
606 bem específicos, que é o monitoramento da política e do segundo plano nacional de segurança
607 alimentar e nutricional, e o Sisan nos estados e municípios. A última prioridade foi trabalhar a
608 questão da juventude, a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação
609 adequada, de forma um pouco mais ampliada do que o Consea vem discutindo ao longo do
610 tempo, como tema transversal.

611 **Grupo 1:** A conselheira Ana Paula, escolhida como relatora desse grupo, fez o relato
612 resumido do grupo um. Informou os componentes do grupo e que o facilitador escolhido foi
613 Eduardo Amaral, conhecido como Cazusa. O grupo debateu os cinco temas prioritários,
614 considerando o contexto político e os desafios que o Consea vai se debruçar nos próximos
615 vinte e quatro meses. Além dos temas, o grupo discutiu formas de trabalhar a estratégia e
616 atuação para os temas, incluindo eixos transversais, que podem ser tratados para todos os

617 cinco temas. E, também, alguns itens que podem ser utilizados para algumas questões para
618 cada um dos temas. As propostas do grupo devem ser avaliadas e aprofundadas em outro
619 momento. Como primeiro ponto e por ser um tema estruturante e central para todos os temas
620 do Consea, a consolidação do Sisan deveria ser tratada de uma forma permanente no Consea.
621 O grupo sugeriu que todas as plenárias devem dedicar um espaço para falar sobre o Sisan. Em
622 relação à organização do trabalho, sugeriu incumbir a comissão de Presidentes de Conseas
623 estaduais para que assumisse esse papel de não só trazer a discussão sobre o Sisan, mas,
624 também, de ser responsável em trazer isso para a plenária. Em relação a eixos transversais,
625 que tem que ser tratado para cada um dos temas prioritários, o grupo incluiu: o papel dos três
626 poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo); a agenda internacional que inclui a troca de
627 experiências internacionais, cooperações internacionais, exemplos que queremos adotar de
628 outros países; o monitoramento do plano nacional de segurança alimentar e nutricional
629 (Plansan) com os indicadores, os avanços, os desafios do monitoramento para aquele tema
630 específico, incluindo a perspectiva de avaliação do processo, de impacto das pessoas, uma
631 avaliação qualitativa também, não só quantitativa do indicador. Todos os temas devem
632 considerar esses eixos transversais. Os cinco temas priorizados pelo grupo um foram: 1)
633 acesso à água, como alimento e como recurso produtivo, incluindo a questão de
634 disponibilidade de acesso à água, bacias hidrográficas, privatização das fontes de água,
635 convivência com o semiárido etc2) abastecimento e acesso à alimentação adequada e
636 saudável, incluindo desertos alimentares, desperdício de alimentos, cultura urbana, políticas
637 de abastecimento, políticas públicas que promovam ambientes alimentares saudáveis,
638 alimentação nas escolas e que priorizam a cultura familiar e a cultura de orgânicos, o
639 programa de alimentação do trabalhador, ambientes institucionais, entre outros; 3) terra e
640 território, incluindo a questão de demarcação de terras indígenas, regularização fundiária,
641 reforma agrária e ações que desrespeitam o direito humano à alimentação adequada para essas
642 populações, sendo necessário um mapeamento por região que inclua conflitos e perseguições
643 relacionados a movimentos sociais de segurança alimentar, entre outros; 4) regularização de
644 alimentos, incluindo medidas regulatórias que desfavoreçam o acesso e o consumo de
645 alimentos processados e protejam a alimentação adequada e saudável, a discussão do papel da
646 vigilância sanitária na garantia do direito humana à alimentação adequada, melhorias na
647 regulamentação da rotulagem, regulamentação da publicidade, regulamentação da presença de
648 contaminantes e usos de hormônios, agrotóxicos e substâncias prejudiciais à saúde. 5)
649 produção alimentar, incluindo fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar, crédito
650 ao jovem, Pronaf, cultura Alimentar, resgate, valorização da diversidade, entre outros.
651 Reforçou como proposta de organização das plenárias que, em um primeiro momento, haja
652 espaço para um tema principal e, no segundo momento, para o Sisan de forma permanente em
653 todas as plenárias. Destacou como estratégia fazer uma abordagem dos temas de forma
654 integrada, rural e urbana. Uma outra estratégia, que foi avaliada pelo grupo como bem-
655 sucedida na gestão anterior, foi de trazer experiências locais, incluindo o relato de missões e
656 relatos de casos que possam enriquecer a discussão no âmbito nacional, com a contribuição da
657 CPCE também. E, também, surgiu a ideia de avaliação sobre a efetividade do trabalho do
658 Consea. A conselheira Ana Paula encerrou sua fala, agradecendo a todos.

659 **Grupo 3:** A conselheira Bianca, escolhida como relatora desse grupo, fez o relato resumido
660 do grupo três. Informou os componentes do grupo e que a facilitadora escolhida foi Inês
661 Rugani. O grupo começou os trabalhos discutindo as prioridades da conferência. Definiu que
662 o grupo se sentiu um pouco desconfortável em priorizar cinco temas, já que esses temas são
663 indivisíveis e relacionados, e que passaram por um processo legítimo de debate nas
664 conferências. Por isso, decidiu pensar em macro temas. Ao invés de priorizar, o grupo

665 organizou as prioridades em cinco macro temas. Outro aspecto foi a discussão da diferença
666 entre o contexto da conferência de dois mil e quinze e a situação atual de grandes retrocessos.
667 Nesse contexto, o grupo pensou sobre a agenda de vulnerabilidades, não só dos grupos que
668 estão historicamente em situação de vulnerabilidade, mas os que estão ameaçados devido a
669 esse recuo de direitos. Essa reflexão tem que perpassar todos os temas. Os temas prioritários
670 do grupo três foram: 1) a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, com
671 pontos ali relacionados ao Plano e à Conferência. Neste tema, o grupo destacou os sistemas
672 alimentares tradicionais dos povos e comunidades tradicionais, que não estavam em nenhum
673 ponto da conferência, ou do plano; 2) o acesso à alimentação adequada e saudável em
674 situações de vulnerabilidade, com a observação do grupo sobre a necessidade de
675 monitoramento e denúncia dos retrocessos e de refletir sobre outras populações que, talvez,
676 não foram diretamente mencionadas na conferência ou no plano, os imigrantes em situação de
677 vulnerabilidade, entre eles, os refugiados e as refugiadas, e a população em situação prisional;
678 3) o acesso à água, à terra e ao território rural e urbano, incluindo o pescador, o
679 monitoramento e a denúncia dos retrocessos; 4) a atuação e cooperação internacional, pois o
680 Brasil tem demandas de compartilhar a experiência da construção do sistema de segurança
681 alimentar considerando que essas disputas de modelo de desenvolvimento e políticas
682 adequadas para lidar com segurança e soberania Alimentar são feitas tanto no cenário
683 nacional quanto no cenário internacional e entendendo que os espaços internacionais são
684 importantes para fortalecer a nossa luta aqui dentro; 5) defesa e fortalecimento do caráter
685 estatal e público das políticas de segurança alimentar e nutricional, com ênfase na necessidade
686 da difusão do direito e da responsabilidade do estado, relacionado com o fortalecimento do
687 Sisan. Sobre estratégias e formas de trabalho, o grupo discutiu o que é tema e o que é sujeito.
688 Especialmente no que tange a gênero, povos e comunidades tradicionais, o grupo discutiu
689 meios de transversalizar o tema e a possibilidade de que todas as instâncias discutam de forma
690 permanente essas questões. Também surgiram propostas diferentes a essa forma de trabalho,
691 tais como a criação de uma instância (comissão ou grupo de trabalho) para gênero e uma
692 reunião com todas as comissões para discutir esse tema. O grupo também discutiu a proposta
693 de um guia metodológico para assegurar a integração desses diferentes sujeitos. Houve
694 também debate sobre a relação com o Legislativo, integração de comissões permanentes, a
695 sensibilização dos órgãos, a difusão e a visibilidade do direito humano à alimentação
696 adequada para quem não é da área da segurança alimentar e nutricional, a realização de
697 reuniões com outros Conselhos, o apoio para a elaboração de planos estaduais e municipais

698 **Grupo 4:** O conselheiro Rodrigo, escolhido como relator desse grupo, fez o relato resumido
699 do grupo quatro. Informou os componentes do grupo e que a facilitadora escolhida foi
700 Daniela Frozi. Seguindo os procedimentos da metodologia apresentada, foi praticamente um
701 consenso dentro do grupo que a proposta um e a proposta dez eram questões de cunho basilar.
702 O grupo também propôs a junção de algumas propostas e mudança da redação dessas
703 propostas para tentar não perder a diversidade das propostas apresentadas. Uma das propostas
704 de junção se deu nas propostas dois e três, que trata da produção agroalimentar, agricultura
705 familiar e camponesa, suas repercussões, ambientais, sociais e territoriais no padrão alimentar,
706 abastecimento alimentar e as questões de segurança alimentar e nutricional nos centros
707 urbanos. O grupo concordou que o rural e o urbano se entrelaçam. Houve uma proposta de
708 mudança no texto, dentro dessa junção, que culminou na proposta apresentada aqui. Outra
709 proposta de junção se deu nas propostas quatro e seis sobre direito à terra e ao território e os
710 fatores limitantes de acesso universal à água para que não perdesse todos os elementos
711 particulares de cada uma. O grupo teve a percepção de que todas as prioridades eram
712 prioridades. A outra prioridade que o grupo elencou como essencial foi a prioridade oito que

713 trata dos processos permanentes de educação alimentar e nutricional, da preservação dos
714 conhecimentos tradicionais e da formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do
715 direito à alimentação adequada. Foi inserido na prioridade 8 o termo étnico-racial. O grupo
716 também recebeu a informação de que o Pronara, que é aquele programa que trata da regulação
717 dos agrotóxicos foi retirado do Planapo, que é o Plano Nacional. O grupo também considerou
718 importante monitorar o programa do Ministério do Meio Ambiente chamado Urad (Unidades
719 de recuperação de áreas degradadas e suscetíveis à desertificação) que alcança as
720 comunidades tradicionais e quilombolas. O conselheiro, então, fez a leitura do texto final das
721 prioridades alteradas pelo grupo: 1) A prioridade número um se manteve com o mesmo texto:
722 erradicação da fome, da pobreza e da desigualdade social. 2) A proposta número dois, que
723 originalmente era a prioridade 10, foi o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança
724 Alimentar e Nutricional (Sisan) e a garantia de direito à uma alimentação adequada. 3)
725 Sistemas alimentares sustentáveis (produção, abastecimento e consumo) baseados no modelo
726 de produção da agricultura familiar e camponesa que garantam alimentação adequada e
727 saudável e culturalmente referenciada nos contextos rural e urbano. 4) Direito à terra, ao
728 território e acesso universal à água; direito dos povos indígenas, da população negra e dos
729 povos e comunidades tradicionais. 5) Processos permanentes de educação alimentar e
730 nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais: pesquisa e formação nas áreas
731 de segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA
732 com recorte nas desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais e territoriais/regionais.

733 **Grupo 5:** A conselheira Elisabetta, escolhida como relatora pelo grupo, fez o relato resumido
734 do grupo cinco. O grupo indicou cinco grandes temas sem alteração do texto conforme a
735 orientação da assessoria técnica do Consea: 1) Erradicação da fome, da pobreza e
736 desigualdade social. 2) Produção agroalimentar, agricultura familiar e camponesa e suas
737 repercussões ambientais, sociais, territoriais no padrão alimentar. 3) Direito à terra e ao
738 território, direito dos povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais.
739 4) Atenção à saúde, à nutrição e ao consumo alimentar adequado e saudável. 5)
740 Fortalecimento do Sisan e a garantia do direito humano à alimentação adequada. O grupo
741 identificou como grande desafio definir como serão organizados os processos de trabalho para
742 que seja possível articular o máximo possível esses temas. As comissões tem o papel de
743 aprofundar os temas e é importante gerar o encontro entre os diferentes temas. O grupo
744 identificou os seguintes temas transversais: gênero, povos e comunidades tradicionais e
745 grupos vulnerabilizados, processos de formação em educação alimentar e nutricional. Para
746 tratar os temas transversais, é preciso encontrar um método, uma forma de discutir os
747 diferentes temas, tendo esse olhar diferenciado. Ao organizar as plenárias, é necessário ter a
748 preocupação de olhar para temas que possibilitem essa articulação entre as diferentes visões,
749 os diferentes setores, as diferentes abordagens. Em relação à aspectos mais específicos, o
750 grupo apontou que, no âmbito da atenção nutricional dentro do setor de saúde, é necessário
751 trazer, de uma maneira mais constante, para discussão da questão da nutrição e da segurança
752 alimentar e nutricional, outros aspectos que não sejam somente a questão das doenças
753 crônicas ou do excesso de peso, como por exemplo as necessidades alimentares especiais, o
754 Beribéri, o aprofundamento da abordagem alimentar das estratégias de atenção nutricional.
755 Existe uma vertente, extremamente forte, a nível mundial, de medicalizar as ações de nutrição
756 como, por exemplo, a biofortificação, a suplementação e a nutrição funcional. O alimento
757 começa a ser desqualificado, como se não fosse suficiente para nutrir. Durante muito tempo
758 dentro do Consea, contribuimos muito para o Programa Nacional de Alimentação Escolar,
759 mas deixamos de olhar outros programas importantes: o programa de alimentação do
760 trabalho, os bancos de alimentos, os restaurantes populares e outros equipamentos de SAN.

761 Dentro de guarda-chuva do Sisan, é necessário olhar com mais cuidado a questão dos
762 conflitos de interesse na definição e implementação dos programas. Também é fundamental
763 enfrentar a discussão que está prevista na Losan, que é a adesão do setor privado ao Sisan.

764 **Sistematização dos relatos dos grupos:** O Secretário Caio Rocha passou a palavra para a
765 conselheira Inês e o conselheiro Irio para as considerações e a sistematização dos
766 encaminhamentos dos grupos. A conselheira Inês destacou alguns pontos importantes para
767 elucidar. Começou dizendo que o propósito do debate é o compartilhamento das discussões
768 dos grupos. Avaliou que a discussão foi riquíssima e que realmente, os grupos se
769 complementaram. O segundo propósito do debate é o aprofundamento da reflexão sobre esses
770 temas para orientar tanto a constituição da agenda, para esse mandato, como também a
771 reorganização interna do Consea e amadurecer isso na próxima plenária. Reforçou que, apesar
772 da metodologia de escolha de cinco prioridades por grupo, o Consea tem compromisso com
773 todas as dez prioridades. O conselheiro Irio destacou que contou com o apoio da equipe
774 técnica do Consea na elaboração da sistematização. Uma primeira observação é que os grupos
775 trabalharam metodologias diferentes para chegar aos resultados que foram apresentados aqui.
776 Por exemplo, houve alguns que foram fiéis ao texto sugerido. Houve alguns que decidiram
777 dar nova redação aos temas do roteiro. Outros, que agruparam e unificaram temas, numa
778 espécie de grandes blocos. Dois grupos foram claros nisso, na apresentação de um novo
779 formato que pudesse, de alguma forma, iluminar temas mais amplos, que interagem, que se
780 articulam entre si. Ainda, alguns consideraram, também, os desafios do Plano de Segurança
781 Alimentar e Nutricional. E outros, só consideraram os desafios da conferência. E houve um
782 grupo que adicionou um novo tema, que é a juventude. O conselheiro lembrou que as
783 prioridades apontadas são os mesmos desafios indicados pela 5ª Conferência Nacional de
784 Segurança Alimentar e Nutricional. Cinco grupos elegeram, ou priorizaram, a produção
785 agroalimentar, agricultura familiar e camponesa, e suas repercussões ambientais, sociais e
786 territoriais no padrão alimentar. E, ainda, o direito à terra e ao território dos povos indígenas,
787 da população negra, dos povos e comunidades tradicionais. Depois, quatro grupos acentuaram
788 a erradicação da fome, da pobreza, da desigualdade social; fatores limitantes de acesso à água,
789 como alimento e como recurso produtivo; e atenção à saúde, a nutrição e ao consumo
790 alimentar adequado e saudável. Depois, três grupos enfatizaram o abastecimento alimentar e
791 as questões de segurança alimentar e nutricional nos centros urbanos; o fortalecimento do
792 Sisan. Dois grupos acentuaram desigualdades de gênero, implicações na produção e consumo
793 de alimentação adequada e saudável. E, ainda, os processos permanentes de educação
794 alimentar e nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais, pesquisa e formação
795 nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano. Um grupo acentuou a
796 atuação e cooperação internacional, a partir dos princípios e diretrizes da Política. Houve um
797 cuidado de todos os grupos de não querer perder nada, tanto da conferência quanto dos
798 desafios do plano. Inclusive, no exercício feito, os grupos avançaram bastante no
799 reordenamento das questões, reagrupando-as de formas diferentes, para facilitar uma
800 compreensão ou uma possível visão mais ampla em torno daquilo que se poderia chamar de
801 temas mais amplos, ou estratégicos. Sobre as estratégias, o conselheiro Irio destacou sete
802 sugestões sem ordem de hierarquia. Primeiro, fortalecer a articulação interconselhos, tanto em
803 temas quanto em ações estratégicas. Outra, a interação com o Legislativo, Judiciário e,
804 inclusive, o Ministério Público. Outro ponto unânime é a questão do monitoramento constante
805 do Plano de SAN e a interação e o fortalecimento dos Conseas. Inclusive, um grupo destacou
806 a CPCE como guardião do Sisan. Houve uma preocupação de estabelecer um processo de
807 retroalimentação entre as três esferas: nacional, estadual e local ou municipal com
808 intercâmbio de experiências. Uma outra preocupação foi com a abordagem integrada de temas,

809 de alguma forma já iluminando como será pensada a organização das comissões. Ainda uma
810 outra questão foi a ideia de estabelecer uma agenda de articulação e cooperação internacional,
811 SAN e direitos humanos. Como prioridade, apareceu uma vez só, contemplada por um grupo,
812 mas apareceu forte como estratégia. E, o último ponto, destacou-se a ideia de favorecer a
813 metodologia de participação e expressão da diversidade de temas e de sujeitos que se expressa
814 no étnico-racial, no gênero, geracional, nas dimensões rural ou urbana, território, região.

815 **CPCE:** O Secretário Caio Rocha convidou o coordenador da Comissão de Presidentes de
816 Conseas Estaduais (CPCE) Gil Marcos para fazer um breve relato da reunião. Gil Marcos
817 destacou que a CPCE continuou suas atividades durante o período de vacância do Consea
818 Nacional. Sugeriu que o relato da reunião da CPCE seja lido e considerado para o
819 planejamento da agenda do Consea Nacional. Na reunião, foram discutidos os seguintes
820 pontos de pauta: 1) a atualização sobre as ações da educação alimentar e nutricional, o
821 programa de alimentação escolar (PNAE) com ênfase na política de livros didáticos, que estão
822 vindo com uma roupagem diferente; 2) informe do Consea do Espírito Santo sobre o processo
823 que foi movido pelo estado contra Pedro Kitoko e que foi arquivado. Gil Marcos transmitiu os
824 agradecimentos de Pedro Kitoko; 3) Apresentação dos(as) novos(as) presidentes(as) de
825 Conseas Estaduais: a Janice, do Piauí, no lugar da Norma, o André, do Distrito Federal, o
826 Alcenir, do Espírito Santo. Estão previstos quatro novos Presidentes na próxima reunião:
827 Amazonas, Paraíba, Amapá e Roraima. 4) proposta de processo eleitoral que sirva para os
828 Conseas municipais e estaduais, bem como para uma possível eleição do Consea Nacional.
829 Como o Conselho não tem ainda uma diretriz, como os outros Conselhos tem para as eleições,
830 a CPCE vem se debruçando sobre esse assunto. Já foi elaborada a minuta. Na próxima
831 reunião, a CPCE irá discutir sobre isso; 5) Sugestão de tema para a próxima plenária do
832 Consea: a água como alimento. Em todos os estados, há problemas com a água; 6) Propostas
833 para o Sisan: fortalecer os componentes do Sisan, que são os Conseas estaduais e municipais,
834 além das Caisans estaduais e municipais. Mas, esses componentes são importantes.
835 Compartilhar estratégias estaduais para o monitoramento do Plano Nacional de Segurança
836 Alimentar e Nutricional. Retomar os encontros regionais, ou seja, cada região deve se
837 encontrar para debater os problemas regionais. Retomar a duração de dois dias para a reunião
838 da CPCE. Por último, parabenizou a Beta pela eleição e os novos conselheiros.

839 **Debate:** O Secretário Caio Rocha abriu o espaço para o debate. Michelle Lessa, do Ministério
840 da Saúde, pediu para acrescentar ao relato do grupo um que o tema do Sisan seja discutido em
841 todas as plenárias com espaço de tempo amplo para a CPCE. Dividir a plenária em tema
842 estratégico e deixar uma hora em todas as plenárias para discutir como avançar no Sisan,
843 tendo a CPCE o papel de trazer algum tema: financiamento, ou formação, ou fortalecimento
844 de Conseas municipais e estaduais. O grupo também discutiu como garantir o monitoramento
845 do Plano Nacional de SAN e sugeriu que ocorra em todas as plenárias. Uma outra coisa que o
846 grupo pensou foi de, em qualquer tema que for debatido, ser convidado o Executivo, o
847 Legislativo e o Judiciário. A conselheira Christiane solicitou que a discussão sobre
848 conferência mais dois seja iniciada no segundo semestre, num processo que viesse do nível
849 municipal e estadual até o final do ano. E, portanto, a conferência mais dois poderia ser
850 realizada no primeiro semestre do ano que vem, até março de 2018. Ana Maria, representante
851 da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), fez comentários sobre o tema da agenda
852 internacional. Primeiramente, informou mudança interna no Ministério das Relações
853 Exteriores (MRE) em julho de 2016. A CGFOME, que era o departamento que cuidava do
854 tema em geral de Segurança Alimentar e Nutricional, foi extinta. Então, a pauta da
855 cooperação humanitária passou para a ABC. A partir dessa nova estruturação interna e de
856 muitas reflexões junto com os Ministérios setoriais, foi iniciado um movimento para elaborar

857 uma estratégia de cooperação técnica mais integrada e mais coerente. Porque, até agora,
858 muitos projetos foram realizados sem muita coordenação, A ideia é, até o final desse
859 semestre, agendar algumas reuniões para repensar juntos quais são as prioridades com a
860 perspectiva de trabalhar sempre nesses dois níveis: o nível de advocacy e o de cooperação
861 técnica stricto sensu, que significa desenvolvimento de capacidades, especialmente, das
862 instituições governamentais. Então, é nesse contexto que Ana Maria reforçou a parceria com o
863 Consea para compartilhar a experiência do Sisan com países parceiros. A conselheira
864 Auridenes reforçou algumas demandas que foram elencadas pelo grupo dois: dar continuidade
865 às questões relacionadas ao povo Guarani e Kaiowá; buscar a interação com outros Conselhos
866 Nacionais como o Conselho de Meio Ambiente e o de Direitos Humanos; tratar de
867 desmatamentos e queimadas ilegais na região das dezesseis terras indígenas no Maranhão que
868 englobam um plano de vinte e três municípios; No caso, seria o Conselho Nacional de meio
869 ambiente; a questão da água; a campanha em defesa do cerrado. É preciso buscar esses
870 espaços, fazer articulações conjuntas, ou colaborativas com essas articulações, que são
871 extremamente importantes; a questão da juventude. A conselheira Elisabetta relembrou sobre
872 a questão da água que o Consea realizou um encontro específico sobre a água para preparar a
873 quinta conferência e uma plenária também. Reforçou que, em 2018, ocorrerá em Brasília o
874 Fórum Mundial da Água e que é necessário fazer articulação com a Agência Nacional de
875 Águas, do Ministério do Meio Ambiente, para ver o quanto é possível, por exemplo, do
876 Consea realizar algum evento dentro do Fórum Mundial, que discuta a questão da água na
877 perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Propôs que a plenária de agosto trate do
878 tema da água. O conselheiro Daniel colocou que não apareceu nos relatos dos grupos a
879 preocupação com a forma de conseguir uma maior interação entre os conselheiros e que isso
880 tem que ser considerado na metodologia que vier a ser proposta. Informou que está em curso,
881 no Supremo Tribunal Federal (STF) um processo que visa criminalizar o sistema alimentar
882 dos povos tradicionais de matriz africana. No ano passado, o Consea aprovou uma
883 recomendação ao STF com esse tema. Nesse sentido, uma das ações construídas com o
884 movimento social, em vários estados, é a realização de várias audiências públicas, em que
885 espera-se contar com o apoio dos Conseas nos estados. Já foi feita uma articulação preliminar
886 com a CPCE para apresentar com mais minúcias esse tema em alguma reunião o quanto antes.
887 Solicitou que seja redistribuído para o conjunto dos conselheiros essa recomendação que já
888 foi feita e aprovada pelo Consea. Convidou o Consea para acompanhar quando os
889 movimentos forem convocados pelo STF. A conselheira Ana Lúcia informou que este é o
890 segundo ano da década afrodescendente e que organismos internacionais estão todos abertos
891 para essa discussão. Na prática, o governo brasileiro ainda não teve uma iniciativa real para
892 discutir a questão da década afrodescendente. Outra questão é com relação ao comitê de ética
893 e pesquisa, que tirou da resolução a obrigatoriedade de inserir o quesito cor, raça e etnia nas
894 pesquisas que são realizadas no Brasil. Isso foi um grande retrocesso. O quesito cor deve ser
895 inserido em todos os trabalhos e informações a serem trazidos para o Consea. Reforçou a
896 importância de incluir no tema da juventude o genocídio da população de jovens negros.
897 Ressaltou que vários organismos internacionais que discutem a questão étnico racial possam
898 colaborar com o Consea, porque os países conseguem visualizar a questão do racismo
899 institucional melhor que o Brasil. Em Brasília, tem a ONU Mulheres e há mulheres negras
900 representadas. Por isso, sugeriu que sejam convidadas como observadoras do Consea. O
901 conselheiro Cazuza (Eduardo Amaral) manifestou preocupação com rito burocrático e
902 administrativo para a designação da conselheira Elisabetta como nova presidenta do Consea.
903 Como a mesa diretiva do Consea ainda não foi retomada, propôs a criação de um grupo de
904 trabalho, composto por uma representação da CPCE, Irio, Inês, Elisabetta, Secretaria
905 executiva do Consea e da Caisan.

906 **ENCAMINHAMENTOS FINAIS:**

907 O Secretário Caio Rocha submeteu à plenária a aprovação da proposta, sugerida pelo
908 conselheiro Cazusa, de criação de um grupo de trabalho, composto por representação da
909 CPCE, Irio, Inês, Elisabetta, Secretaria executiva do Consea e da Caisan, para preparar a
910 próxima plenária do Consea, que foi aprovada por consenso. O Presidente do Consea da
911 Paraíba Arimatéia reforçou a inclusão da água na agenda temática do Consea. A conselheira
912 Elisabetta propôs a criação de uma grupo de trabalho para preparar a plenária de agosto que
913 discutirá o tema da Água. O grupo terá como atribuição recuperar os documentos que o
914 Consea já produziu sobre água, recuperar as decisões do encontro temático, fazer uma
915 interlocução mais estruturada com a Agência Nacional de Águas e com o comitê que está
916 organizando o Fórum Mundial de Águas de dois mil e dezoito. Em seguida, a plenária sugeriu
917 os seguintes nomes para compor o grupo: Naidison, Arimatéia, Moacir e Sérgio. A
918 conselheira Elisabetta solicitou que os diferentes setores de organizações pensem em
919 convidados observadores estratégicos para acompanharem os trabalhos do Consea. O
920 Secretário Caio Rocha agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a plenária.